

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Em vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e cinco, no auditório - Shirley Palmeira, pertencente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídrico - SEMA, situado no Parque dos Poderes em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, estiveram presentes à primeira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, os seguintes conselheiros: Whirley Martins Colombo – CIDEMA; José Luiz Carasek – CIABRI; André Luiz Rachid – COINTA; Mauri Barbosa Pereira – CIDEMA; Ricardo Verde Selva – UCDB; Silvio Jaks dos A Garnés – UNIDERP; Antonio Victor Batista – IPRH; Ramão E. F. Jardim – AEAMS; Belkiss Gomes N Gratão – UNIPAN; Ana Luzia A B M Abrão – ENERSUL; Angelim M. Asserman - ONIX-GERAÇÃO DE ENERGIA; Paulo Cezar Gomes da Silva representando Fermiano Yarzon - CODESP/AHIPAR; Isaias Bernardini – FIEMS; Lincoln Correa Curado – FAMASUL; Roberto Folley Coelho – APAI/MS; Paulo A. A. Vasconcelos – SINDALCOOL; Andréia de Freitas Pinheiro - ATRATUR; Eduardo Francisco dos Santos – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Habitação; Alexandre Luiz Giehl - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário; o suplente Marcus Vinicius Neves Carvalhal – Secretaria de Estado de Saúde; Odiel Vagner de Souza Carvalho – Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia; o suplente Celso Pereira do Prado – Secretaria de Estado de Coordenação Geral do Governo; o Engenheiro Agrônomo José Elias Moreira - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e Presidente do CERH, e o Engenheiro Agrônomo Walderi Dias - Gerente de Recursos Hídricos do Instituto de Meio Ambiente Pantanal – IMAP e Secretário Executivo do CERH. Também se fizeram presentes os seguintes convidados: o Engenheiro Agrônomo Cid Roner de Castro Paulino - Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente Pantanal – IMAP, Wilson da Costa Simões – Consultor do Programa Pantanal do MMA/SRH para a coordenação do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Após a composição da mesa: Presidente do CERH, o Engenheiro Agrônomo José Elias Moreira, Senhor Celso Pereira do Prado no ato representado o Secretário da Coordenação Geral do Governo - senhor Raufi Marques, Engenheiro Agrônomo Cid Roner de Castro Paulino e pelo Secretário Executivo do CERH, Engenheiro Agrônomo Walderi Dias, no uso da palavra agradece a presença de todos se diz envaidecido por fazer parte deste Conselho, passa a palavra ao Presidente que ao cumprimentar os presentes se manifesta explicando ser o Conselho a célula *mater* para o envolvimento social na gestão dos recursos hídricos junto aos demais organismos como os comitês de bacias hidrográficas, discorre sobre a contaminação dos solos por dejetos suínos, reforça a necessidade das ações sobre o uso da água neste setor lembrando aos conselheiros que dentre suas atribuições, o conselho deve deliberar sobre a melhor maneira de usar a água tanto para a produção de grãos como para o trato com os suínos, diz ser ainda responsabilidade do conselho, implementar as ações para prevenir a contaminação do solo, fugindo ao exemplo de Santa Catarina que está com parte de seu solo contaminado por dejetos suínos. Após estas palavras, passa o microfone ao Secretário Executivo para a leitura da Pauta do dia, este, solicita à Maria Antonia que proceda a leitura da ata da reunião anterior encaminhada aos conselheiros via endereço eletrônico, após a leitura da ata, o conselheiro Alexandre Giehl - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário; solicita a palavra e argumenta que para uma melhor redação da ata é necessário padronizar utilizando apenas uma forma verbal, Maria Antonia explica que as várias formas verbais usadas se devem ao fato de que foram feitas transcrições de fala na íntegra, mas que aceita as sugestões, e estas, deverão ser encaminhadas via endereço eletrônico. Não havendo mais propostas a respeito da ata, esta foi aprovada. O secretário Executivo senhor Walderi lembra que o Conselho é responsabilidade de seus componentes e toda ajuda é importante, na seqüência passou ao item

dois da pauta: A Proposta para a Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, solicita ao Consultor do CIDEMA - Mauri Barbosa para apresentar a justificativa da proposta. Mauri faz um breve retrospecto das ações realizadas em prol do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Miranda, lembrou que na reunião anterior os conselheiros presentes receberam um kit (um livro, o relatório de atividades do Grupo Técnico - GT e uma camiseta da campanha), discorreu sobre a caracterização da Bacia Hidrográfica, a instituição do GT, sobre o histórico da mobilização, os apoios recebidos para a criação do comitê, destacou que na oficina, última ação do GT, ocorreu a consolidação da proposta ora apresentada, e ressalta que no que tange à parte legal o documento foi entregue ao CERH e após algumas considerações, finaliza e passa a palavra ao Sr. Walderi, este lembra que todos já haviam recebidos o material, e as explicações do Mauri foi um resumo do que consta no material, a apresentação feita se encontra em CD-ROM na SE/CERH para eventuais consultas. O presidente senhor José Elias no uso da palavra pede licença para se retirar, agradece a todos, parabeniza o trabalho desenvolvido para a implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda e se despede passando a condução dos trabalhos ao Secretario Executivo senhor Walderi Dias que na seqüência solicita que seja apresentada a minuta de Resolução para a instituição do Comitê do Miranda – Maria Antônia fez a projeção da minuta da Resolução de Instituição do CBH - Miranda em telão para correções e alterações a serem propostas pelos conselheiros presentes, após as alterações no próprio documento, foi então a RESOL/CERH N° 002, aprovada devendo ser publicada em Diário Oficial tão logo ocorrer formatação jurídica. A minuta de Resolução sofreu as seguintes alterações: Artigo Primeiro - correções no parágrafo único que trata das coordenadas geográficas; Artigo segundo - transferência para o artigo nono do parágrafo segundo que trata do número de representantes: titular e suplente de cada setor, também no parágrafo terceiro do mesmo artigo com relação ao numero de componentes do comitê, neste item foi sugerido já deixar claro qual será a composição em numero de representantes do Poder Publico: quantos são federais quantos estaduais e municipais? Ficando destacados que a representação para o Poder Público seria: – dois representantes da esfera federal, (FUNAI e outra) cinco representantes da esfera estadual (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMA, Secretaria de Estado da Produção e do Turismo/SEPRODES, entre outras de singular importância no processo) e quatro representantes da esfera municipal, (embora exista vinte e três municípios na bacia, deverão ter representação apenas dois municípios que representam o planalto, dois que representam a planície, sendo um da Bacia do rio Miranda e outro da Bacia do rio Aquidauana), foi sugerido também uma composição impar para o desempate, pequena por questões econômicas com o titular e apenas um suplente; Artigo Quarto sobre a redação do inciso quarto é necessário deixar claro: a aprovação do regimento interno do comitê é realizada por seus membros. Artigo Sétimo - proposta da conselheira Ana Luzia – representante do setor Elétrico, solicita ao CERH a inclusão do setor hidrelétrico, no item terceiro. Em contra proposta, o convidado Eduardo Folley Coelho, fez a seguinte relato: – na oficina realizada pelo GT do Miranda – foi tirado o setor elétrico porque não queríamos ter um representante deste setor para não induzir a criação de usinas nessa bacia. Ana Luzia – explica que ao estar participando do Comitê não significa com isso que o setor elétrico vai implantar usinas na bacia, é importante lembrar que o este setor é responsável pelo combate à exclusão social pelo desenvolvimento econômico, pois sem a geração de energia não há desenvolvimento social, é possível se implantar, por exemplo, uma campanha de vacinação, entre outras, de cunho social, ressalta ainda de que hoje não há geração de energia hidroelétrica na bacia, mas existe potencial e isto é relevante e merece ser discutido. O conselheiro Ricardo Verde Silva (UCDB) se coloca favorável à inclusão do setor energético – não porque é atividade impactante que deva ficar de fora, este setor é importante e deve permanecer, é preciso rever os princípios para se participar de um comitê de bacia. Walderi

colocou o assunto em votação - Quem é a favor da inclusão do setor hidrelétrico como usuário na bacia? – seis votos a favor, ficando desta forma aprovado a inclusão do setor hidrelétrico no item terceiro do artigo sétimo. Um outro item deste artigo também discutido foi a terminologia - “outros usos” (alínea “h”), o senhor Walderi se mostrou favorável à permanência do termo “outros usos”, o conselheiro Odiel (Secretaria de Planejamento) também defende a possibilidade de deixar o termo para que haja abertura e não se elimine a possibilidade de usuários como associações de lavanderias de roupas, os lava-jatos serem incluídos, reforça que os centros urbanos estão cheios de usuários e a terminologia “outros usos” no aspecto jurídico pode trazer complicações pela abertura que dá, mas no aspecto democrático é válido, doutora Márcia, faz a seguinte indagação: Como poderíamos definir a categoria outros usos? Como chamaríamos para comparecer à assembléia outros usos? Nós temos duas vagas que devem ser garantidas por força de lei: FUNAI e representantes de comunidades indígenas existentes na bacia. A mesa provisória tem uma responsabilidade muito grande de definir *quantum*, por isso estabeleceu até o limite de trinta e seis membros, se abrirem para outros usos, vai dificultar a definição em assembléia de escolha do representante, juridicamente não dá para trabalhar em cima de hipótese. E se há necessidade de incorporar outro tipo de setor, a mesa provisória terá atribuições para fazê-la, com anuência do CERH de forma que agilize o processo; o conselheiro Mauri se reporta ao conselheiro Odiel lembrando-lhe que a denominação “outros usos” se enquadra no setor usuários e não para a sociedade civil ao qual ele se referiu. Senhor Walderi colocou o assunto em votação, a assembléia decidiu pela exclusão da alínea “h”, inciso terceiro, sendo o termo “outros usos” excluído do texto e ficando nesta alínea o setor hidrelétrico. O convidado Eduardo F. Coelho pede a palavra e diz estar com dúvidas - são onze usuários, só tem a representação de oito, então teremos que incluir mais instituições para completar o numero do setor? Doutora Márcia ressalta – Se tiver que haver alguma incorporação que seja do setor da agricultura familiar, assim várias atividades podem se fazer representar. Maria Antonia coloca que na pauta do dia consta um ofício solicitando a inclusão do setor da agricultura familiar no CERH. O conselheiro Colombo fala que para o setor dos usuários será escolhido um representante de cada grupo, no documento a proposta é de oito, no momento da composição, vai sobrar vaga, temos que preencher ou então deixar que alguns segmentos possam ter mais de um representante ou colocamos onze usuários ou então temos que mudar o texto. Mauri, explica que a composição do seguimento de usuários será feita em assembléia, onde serão destacadas as instituições ou organizações descritas preenchendo todas as vagas; Artigo Nono, transferência do parágrafo segundo que trata do número de representantes: titular e suplente de cada setor. Após estas considerações sobre o documento apresentado ocorreram outras, todas foram contempladas pela assembléia, de forma que a Resolução de Criação e Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda foi aprovada pelo CERH. Na seqüência o senhor Walderi convidou a todos para um *coffee break*, lembrando que após vinte minutos os trabalhos seriam reiniciados para cumprir a pauta do dia. No retorno do intervalo, senhor Walderi apresentou aos conselheiros o Consultor – Wilson Simões – Coordenador dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para a implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos e o convidou para fazer uma breve explanação do andamento do processo de implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ao término da palestra o senhor Walderi agradeceu a apresentação dizendo que o conteúdo apresentado ficará na SE/CERH à disposição para consultas posteriores. Em continuidade aos trabalhos, senhor Walderi se mostra sensibilizado com as lacunas deixadas pelos conselheiros que se ausentaram da reunião sem a devida consulta à mesa e procedeu a uma contagem para verificar o quorum de votação, tendo como resultado onze conselheiros titulares presentes, o plenário decidiu para a continuidade das deliberações e Maria Antonia projetou a proposta de resolução para a instituição das seguintes Câmaras Técnicas: Câmara Técnica dos Instrumentos de Gestão, Câmara Técnica

Institucional e Legal. O conselheiro Mauri questiona o porquê da proposta da instituição de apenas duas câmaras técnicas. Maria Antonia explica ser devido à demanda de momento da Gerencia de Recursos Hídricos que hora se encontra trabalhando com o plano estadual de recursos hídricos e com a instituição dos comitês de bacia hidrográficas e explica que esta proposta não inviabiliza a instituição a posteriori de outras câmaras técnicas, e diz ainda que a proposta tem a intenção de suscitar o debate sobre o assunto, surgiram outros questionamentos e algumas duvidas, que, para serem solucionadas, foram destacados coordenadores para trabalhar na proposta de instituição da Câmara Técnica Institucional e Legal: conselheiros Ricardo Verde Selva(UCDB) e Lincoln C. Curado(FAMASUL), para a Câmara Técnica dos Instrumentos de Gestão: conselheiros Ramão Jardim(AEAMS) e Antonio Victor Batista(IPRH). Estes deverão analisar e apresentar na próxima reunião a proposta suscitada com fundamentação no regimento interno do CERH. Após estes encaminhamentos o senhor Walderi considerando o avançado da hora explica que os assuntos de pauta que ficaram pendentes serão abordados na próxima reunião do conselho, agradecendo a colaboração de todos encerrou esta primeira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e eu Maria Antonia Barros Freire da Silva lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo Secretário Executivo – Walderi Dias e pelo Presidente – José Elias Moreira.